

A psicanálise e a universidade: reflexões sobre a clínica e suas implicações éticas

Júlia Catani¹

Maria Lívia Tourinho Moretto²

Ao ingressar no curso de pós-graduação *stricto sensu* na Universidade de São Paulo, o meu percurso analítico já vinha sendo trilhado. Há dois anos frequentava um grupo de estudos da obra freudiana, concluíra duas especializações uma em Psicanálise e Hospital Geral e a outra em Psicopatologia e Saúde Mental, frequentava o Laboratório de Filosofia, Teoria Social e Psicanálise (Latesfip-USP), bem como, estava no segundo ano de um curso de formação em Psicanálise no Instituto Sedes Sapientiae. Atendia pacientes no consultório e compunha uma equipe multidisciplinar no Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas que trata de pessoas diagnosticadas com Transtornos Somatoformes, queixas inespecíficas do ponto de vista orgânico, mas que apresentam sintomas corporais agravados por causas psíquicas. Realizava supervisão dos casos com analistas mais experientes. Além do processo acadêmico formal, fizera uma primeira análise já encerrada e iniciara para uma segunda em que continuo até os dias de hoje, este era o panorama geral quando se deu o ingresso no mestrado.

A dissertação concluída em 2014, ainda que fosse uma investigação que envolvesse a psicanálise e a psiquiatria não teve o objetivo de expor a clínica e pensar nos atendimentos aos pacientes, isto ficou em suspenso. A preocupação com os aspectos éticos na universidade não se fez presente na ocasião, como é o caso neste momento com o doutorado. Quando se decidiu pesquisar a clínica, os possíveis tratamentos para pacientes acometidos por problemas psíquicos e as interferências dos mesmos em suas vidas, impuseram-se as seguintes questões: como expor o trabalho analítico desenvolvido com cada paciente? Como falar da clínica sem ferir a ética psicanalítica

¹ Psicanalista membro pelo Instituto Sedes Sapientiae do qual pertence ao grupo Faces do Traumático, bem como membro do Laboratório de Teoria Social Filosofia e Psicanálise (Latesfip) da Universidade de São Paulo. Doutoranda pelo Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da USP (IPUSP) com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Mestre pelo mesmo programa tendo sido bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Psicóloga e Psicanalista colaboradora no Ambulatório de Transtornos Somatoformes do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP (IPq-HCFMUSP).

² Professora Doutora do Departamento de Psicologia Clínica do IPUSP e presidente da Comissão de Pesquisa na mesma instituição. Orientadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do IPUSP. Psicanalista membro do Fórum do Campo Lacaniano de São Paulo, onde coordena a Rede de Pesquisa "Psicanálise e Saúde Pública". Édutora-chefe da Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar. Editora Associada e Membro da Comissão Executiva da Revista Psicologia USP. Membro do Grupo de Trabalho "Dispositivos Clínicos em Saúde Mental" da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP).

ou expor os pacientes se os trabalhos prestam-se a ampla divulgação? É possível ou necessário pedir que o paciente assine um termo de consentimento estando em análise e o seu analista desenvolvendo uma pesquisa universitária? Para além das inquietações clínicas surgiram questões de outra natureza, também vinculadas às pesquisas: a psicanálise pode ser transmitida na universidade? Se sim, de que forma a psicanálise pode continuar a existir respeitando suas próprias características, mas submetendo-se as exigências da academia, como por exemplo: publicações em revistas reconhecidas na área, volume de produção de artigos e aprovações pelos comitês de ética. Não se deve ignorar que em psicanálise a produção de conhecimentos é mais lenta do que nas outras ciências. Não se isolam variáveis nem se reproduzem fenômenos do espaço analítico. O texto reflete acerca das possibilidades da psicanálise manter-se fiel às suas características e desenvolver-se nas universidades.

Freud (1917) escreve sobre a dificuldade enfrentada pela psicanálise e pelos que desconhecem ou não compreendem a sua função. De acordo com o autor, a psicanálise serve para esclarecer e eliminar os sintomas nervosos, para isto ela se ocupa inclusive de elementos presentes na vida pulsional do sujeito dos quais, por exemplo, a psicologia não trata. O entendimento dos efeitos da psicanálise na vida dos pacientes auxilia a pensar de que modo ela pode ser transmitida em diversos contextos e não apenas nos locais de formação analítica. A psicanálise descobre assim, que o adoecimento psíquico e corporal não depende apenas de conhecimentos objetivos, mas de elementos que fogem da apreensão lógica e que dizem respeito a uma incompatibilidade das pulsões sexuais e das necessidades do ego. Este conflito, portanto, em excesso e sem escoamento produz sintomas nervosos. Ainda segundo Freud (1917), a terapia psicanalítica oferece maiores condições de tratamento, uma vez que é mais compatível com a noção de saúde, trata-se do sujeito encontrar modos de lidar com os desejos, os conflitos e a vida em sociedade.

Muito mais poderia ser dito acerca de como a psicanálise concebe o sofrimento, mas dado os objetivos do texto, julga-se que os elementos mencionados bastam, no momento. Desde Freud (1919) discute-se a viabilidade do ensino da psicanálise nas universidades e até hoje entre os teóricos não há um consenso. Há quem considere a transmissão impossível na academia e quem defenda a sua necessidade, respeitados os impasses e as particularidades do campo de conhecimento, como postulou Freud. Sem dúvida, a universidade não é vital para a psicanálise, pois a ela destinam-se: literaturas

especializadas, reuniões científicas em sociedades psicanalíticas e trocas de experiências entre analistas mais experientes e tudo isto pode ser obtido fora da academia. No que tange à universidade, é necessário que ela reconheça o valor da psicanálise e discuta de que forma a mesma pode ser incorporada ao currículo e ao ensino. Ainda no texto freudiano (1919) o que se discutiu na formação de médicos, físicos, químicos e outros profissionais da saúde foi a preocupação excessiva com a enfermidade e seu tratamento que ignora os fatores psíquicos. Tal desinteresse obrigou com o tempo, à inclusão de disciplinas como a psicologia médica para sanar esta falha na formação, no entanto, conforme aponta Freud, justificativas lógicas para o adoecimento nem sempre são possíveis, impondo limites à psicologia. Sob esta ótica, defende que o conhecimento oferecido pela psicanálise poderia render mais frutos, embora para tal compreensão seja imprescindível que os estudantes obtenham conhecimentos acerca das aproximações entre a vida psíquica e somática. De qualquer forma, a psicanálise não se limita apenas a tratar dos distúrbios mentais, mas a cuidar de problemas como: a arte, a filosofia e a religião, bem como, para a literatura, a mitologia e a história das civilizações e Freud concluiu (1919, p.381):

(...) uma universidade só teria a ganhar com a inclusão do ensino da psicanálise em seu currículo. É verdade que este ensino somente poderia ser ministrado de forma dogmática, em aulas teóricas, pois quase não haveria oportunidades para experimentos ou demonstrações práticas.

(...) cabe considerar a objeção de que dessa forma o estudante de medicina jamais apreenderá realmente a psicanálise. Isso é verdadeiro se pensarmos no efetivo exercício da psicanálise, mas para os propósitos em vista é suficiente que ele aprenda algo *sobre e com* a psicanálise.

O argumento de Freud de que a psicanálise deve ser lecionada na universidade refere-se aos cursos de medicina e ao quanto ela pode contribuir para uma maior compreensão do sofrimento orgânico ao considerar aspectos da vida mental. No entanto, cabe indagar como isto pode ser pensado, hoje, nos cursos de Psicologia nos quais os aspectos psíquicos já estão inseridos e como pensar a pesquisa psicanalítica na universidade. Autores preocupados com esta temática analisam as diferenças entre a pesquisa em psicanálise e a pesquisa psicanalítica. Para Kraenker (2007) a pesquisa em psicanálise tem inicio com uma inquietação clínica e o resultado de algum modo deve ali retornar, possibilitando algum tipo de transformação no campo e também no aspecto metapsicológico. A clínica exige que o analista responda não apenas pela subjetividade do próprio paciente a quem, geralmente, se busca investigar, mas também por seus

próprios recursos, isto porque, no encontro com um paciente o psicanalista é afetado e está implicado por meio de seu olhar, de sua escuta e de seu próprio sofrimento/sintoma. Portanto, significa dizer que todos estes elementos (a escuta, o olhar e o mal estar) são instrumentos fundamentais para a sua atuação enquanto analista. O fruto de uma pesquisa em psicanálise em sendo a construção de um caso clínico, possibilita avançar do ponto de vista teórico, mas sem excluir a singularidade e a transferência presentes em cada atendimento (Kraenker, 2007). De acordo com Mezan (2015) a psicanálise é um método de investigação que consiste em evidenciar o significado inconsciente das palavras, ações e posições imaginárias do paciente. Para ele, a investigação psicanalítica leva à construção de uma hipótese diagnóstica elaborada pelo analista durante as entrevistas iniciais e confirmadas/refutadas ao longo do tratamento. A psicanálise possui um modo particular de conceber e fazer exploração, no qual sempre comprehende a relação analista-analisando, implica a atenção flutuante do analista e a associação livre do analisando. A investigação e o tratamento coincidem. No entanto, a pesquisa psicanalítica nestes moldes não é única forma de realizar uma especulação de campo da psicanálise, isto é, questões metodológicas com este fundamento teórico podem ser investigadas em outros espaços que não no tratamento analista-analisando propriamente dito (Naffah, 2006). Nas palavras de Eiziriki (2006, p.171) é possível reconhecer:

(...) a pesquisa psicanalítica propriamente dita, ou seja, aquela que é efetuada com o método psicanalítico em si, dentro da sessão ou do processo analítico, e a pesquisa em psicanálise, ou seja, aquela que usa conceitos psicanalíticos e os diferentes métodos de investigação para testá-los ou aplicá-los em outros cenários clínicos ou teóricos.

Os analistas que se dedicam ao tratamento com os pacientes na clínica e também à investigação acadêmica ou psicanalítica formal precisam ter cuidado, conforme apontou Freud, isto porque, se o analista no decorrer da sessão tiver a sua atenção capturada por um tema de pesquisa, isto pode prejudicar e interferir na atenção flutuante, um dos princípios fundamentais para o desenvolvimento do trabalho clínico. Porém isto também não precisa significar, tal como lembra Lowenkron (2006) que a busca precise ser feita somente depois que o tratamento com aquele paciente estiver encerrado e tenha sido dada eventualmente “alta”. Sabe-se que hoje as análises levam muito tempo para se encerrarem. Dentre as explicações para isto aponta-se o fato dos pacientes, diferentemente do inicio da fundação da psicanálise, serem atendidos numa

frequência semanal menor e com isto por vezes os analistas se veem convocados a escreverem casos em andamento. Lowenkron (2006) destaca apenas a importância de a sessão ter sido finalizada para que as questões relativas ao interesse de pesquisa possam emergir e não que, ao longo da sessão, a problemática da pesquisa se apresente ao analista interferindo, portanto, na capacidade de conduzir o tratamento e manter a atenção flutuante.

A partir do quadro descrito sobre a presença da psicanálise na universidade e a sua possível existência neste campo, pretende-se agora discorrer acerca da escrita dos casos e a exposição ética da mesma. Mas, antes cabe assinalar a necessidade de um analista escrever e as repercussões dos textos na universidade. De acordo com Pontalis (1977), a decisão de escrever a respeito de algum caso está pautada nas situações de maiores dificuldades, aonde o que se impõe é uma impossibilidade de escuta e, escrever pode ser uma forma de intervir naquele tratamento. Figueiredo e Vieira (2002), também corroboram a ideia de que a escrita de um caso refere-se a um impasse vivido pelo analista, trata-se da extração da história de vida do paciente, das intervenções realizadas pelo analista e ainda da forma como este processou e assimilou a experiência vivida nesta relação. A escrita do caso, segundo Aulagnier (1989) é muito delicada, pois noticia e revela o analista, sua teoria e a sua prática, mais do que qualquer outro tipo de texto teórico. Coelho Junior (1995) em seu livro enumera a atenção exigida ao analista que desenvolve um trabalho de pesquisa clínico no contexto universitário pois: o risco da escrita científica contaminar o trabalho analítico é notável; a cautela para que o texto e o caso clínico não sejam apresentados somente para confirmar hipóteses teóricas prévias; e para que a investigação não interfira no modo como o analista conduz o tratamento do paciente.

Mezan (1998) relembra a importância de preservar a identidade do paciente quando se publica um caso, assegurando-se de que este tenha se encerrado. Ainda assim, sugere-se expor aspectos mais íntimos daquela relação fazendo com que mesmo as pessoas mais próximas desconheçam, evitar dados informativos ou supérfluos. Apesar disso, no caso do Homem dos Ratos, sua identidade foi descoberta, mas o pai da psicanálise defendeu-se dizendo que o paciente concordara com a publicação. Hoje, conforme alega Mezan é questionável que a pessoa saiba da escrita, pois isto interfere na transferência e na fantasia de para quem o texto está sendo escrito.

Conforme mencionado, é preciso refletir ainda acerca das possibilidades da psicanálise existir nas pesquisas universitárias sem ignorar os seus pressupostos, isto é, o inconsciente, a transferência e a escuta. A obrigação de apresentar um termo de conhecimento assinado pelo paciente impõe um problema, pois este tipo de pedido é uma intervenção no tratamento, o que produz consequências e ruptura no trabalho clínico, levando o paciente a reagir à demanda do analista. Nas palavras de Dallazen et al. (2012, p.49) a apresentação de um termo impõe um problema que fere a ética da Psicanálise que tem:

(...) como fundamento a pressuposição de liberdade e comporta, de forma enfática, uma reflexão profunda sobre o desejo do analista/pesquisador como uma condição para o processo de análise/investigação referente à disponibilidade do analista/pesquisador de produzir questionamentos sobre si mesmo e sobre o laço social, ou seja, sobre o contexto da pesquisa em geral.

Em contrapartida, deve-se refletir: como a recusa à solicitação dos termos por parte do analista deve ser sustentada sem que indique rebeldia? Tal cenário exige cada vez mais ponderação sobre como lidar com as imposições científicas, de modo que a psicanálise não continue à margem das pesquisas e produção de conhecimento, principalmente porque para se publicar em revistas científicas a exigência é justamente que os casos tenham sido submetidos a um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) que solicita a assinatura do paciente. Dallazen et al. (2012, p.50) propõem que a pesquisa do ponto de vista da psicanálise possa seguir algumas diretrizes de tal forma que seja com isto, capaz de respeitar a ética do paciente e a escolha teórica do pesquisador, a saber:

preservar a identidade e a privacidade do sujeito implicado no trabalho; assegurar a sua integridade física e saúde mental, respeitando, assim, as exigências do CEP; bem como garantir as demandas necessárias para a instalação do processo analítico, sem danos à transferência

Além do mais, afirmam os autores Dallazen et al. (2012), uma pesquisa que contém material clínico ao ser publicada já não diz mais respeito somente à história do paciente, mas do seu narrador, às produções da escuta do analista e às suas interpretações que consequentemente estão atravessadas por seu inconsciente, de tal modo que passa a se tratar de uma ficção. Como o próprio Freud (1919) admitiu, pesquisar em psicanálise é se jogar no desconhecido, poder entregar-se a algo que não é permitido entender a priori e que é preciso decifrar.

Ainda a respeito das produções psicanalíticas Berlinck (2005) explicita o fato de que não basta que elas tratem de conceitos metapsicológicos, é essencial que a escrita em psicanálise também opere, assim como sua técnica, na lógica da livre associação,

seja em artigos, relatórios ou teses. É preciso encaminhar o leitor ao devaneio e não permitir que o mesmo fique preso somente às palavras ali localizadas. Berlinck (2005) exemplifica; quando Freud escreveu os seus trabalhos, eles continham ideias de si mesmo e de sua subjetividade, mas também dos pacientes e do mundo que o circundava, portanto, envolve uma produção em coautoria. Trata-se de implicar a transferência no texto, isto é, poder transpor aos escritos, as relações e as ideias produzidas no encontro analítico. A escrita analítica deve despertar surpresa inclusive naquele que escreve. O maior problema que se enfrenta hoje é que a velocidade de produção de trabalhos desta natureza não ocorre em larga escala como se exige nas universidades e nos periódicos científicos. Agora é cada vez mais comum encontrar pesquisas que simplesmente citam outros autores, mas que trazem pouca originalidade e elaboração, apenas reafirmam os ditos de mestres. Talvez o que se possa dizer é que se a psicanálise quer continuar existindo nas universidades ela precise para além de respeitar e submeter às regras vigentes neste campo sendo capaz de atentar aos seus próprios princípios e continuar a funcionar na lógica da livre associação e ser capaz de produzir no leitor os seus próprios devaneios. Devaneios estes que respeitam e estão atrelados às ideias e às relações vividas na experiência analítica, pois o contrário significa ferir os fundamentos da psicanálise (Berlinck, 2016). Como afirma Tanis (2015): “A escrita não visa a reproduzir a experiência, mas a produzir algo no leitor a partir das evocações, reminiscências e associações que o autor possa provocar no leitor. A escrita é potência viva”. Assim, o presente trabalho muito mais do que encerrar ou responder as perguntas formuladas abre espaço para reflexões e diálogos que hoje se fazem necessários, sobretudo se se pretende que a psicanálise continue existindo para além dos consultórios e das instituições de formação psicanalítica. Pois a imposição da produção de textos em larga escala, com exigências de comitês já são uma realidade potente nas universidades.

Referências:

- Aulagnier, P. (1989). *O aprendiz de historiador e o mestre-feiticeiro: do discurso identificante ao discurso delirante*. São Paulo: Editora Escuta.
- Berlinck, M. T. (2016). O futuro das revistas científicas. In: *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 19, n.1, p. 11-5.

Berlinck, M. T. (Set/2005). A psicanálise além do divã: a cultura psicanalítica em revistas. Por que escrevem os psicanalistas? *Pulsional Revista de Psicanálise*. São Paulo: v. XVIII, no. 183, p. 112-116.

Coelho Junior, N. (1995). *A força da realidade na clínica freudiana*. São Paulo: Editora Escuta.

Dallazen, L. et al. (jan./mar. 2012). Sobre a ética em pesquisa na psicanálise. *Psico*, Porto Alegre, PUCRS v. 43, n. 1, pp. 47-54.

Eiziriki, C. L. (2006). Psicanálise e pesquisa. *Rev. Bras. Psiquiatria*, São Paulo. 28 (3): 171-2.

Figueiredo, A. C. & Vieira, M. A. (2002). Psicanálise e ciência: uma questão de método. Beividas, W. (Org.); *Psicanálise, pesquisa e universidade*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livrarias, p.13-31.

Freud, S. (1917[2010]). Uma dificuldade da Psicanálise. *História de uma neurose infantil: (“O homem dos Lobos”): além do princípio do prazer e outros textos* (1917-1920)/ Sigmund Freud; tradução e notas Paulo César de Souza – São Paulo: Companhia das Letras. vol.14, p.240-251.

Freud, S. (1919[2010]). O inquietante. *História de uma neurose infantil: (“O homem dos Lobos”): além do princípio do prazer e outros textos* (1917-1920)/ Sigmund Freud; tradução e notas Paulo César de Souza – São Paulo: Companhia das Letras. vol.14, p. 297-324.

Freud, S. (1919[2010]). Deve-se ensinar a Psicanálise nas universidades? *História de uma neurose infantil: (“O homem dos Lobos”): além do princípio do prazer e outros textos* (1917-1920)/ Sigmund Freud; tradução e notas Paulo César de Souza – São Paulo: Companhia das Letras. vol.14, p.377-381.

Kraenker, S.(nov. 2007). Quando qualquer semelhança não é mera coincidência: o lugar da construção de caso na pesquisa psicanalítica. *Lat. Am. fundam. psychopathol.* on line v.4 n.2 São Paulo, pp. 253-259.

Lowenkron, A. M. (dez. 2006). Pesquisa clínica na psicanálise: caminhos. *Jornal de Psicanálise*, São Paulo, 39(71): 171-188.

Mezan, R. (2006). Pesquisa em Psicanálise: algumas reflexões. *Jornal de Psicanálise*, São Paulo, 39(70): 227-241.

Mezan, R. (1998). *Escrever a clínica*. São Paulo: Casa do Psicólogo

Naffah, N. A. (2006). A pesquisa psicanalítica. *J. psicanal.* [online]. 2006, vol.39, n.70.

Pontalis, J. B. (1977). Écrire, psychanalyser, écrire. *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, nº16.

Tanis, B. (2015). A escrita, o relato clínico e suas implicações éticas na cultura informatizada. *Revista Brasileira de Psicanálise*, v.49 (1): 179-192.